A batalha dos nomes: antiga toponímia de Lima e a reforma de 1861

The Battle of the Names: Old Toponyms of Lima and the Reform of 1861

Rafael Dias Scarelli

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/5261>

DOI: 10.4000/pontourbe.5261

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Referência eletrônica

Rafael Dias Scarelli, « A batalha dos nomes: antiga toponímia de Lima e a reforma de 1861 », *Ponto Urbe* [Online], 23 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado o 01 maio 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/5261> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.5261>

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 maio 2020.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

A batalha dos nomes: antiga toponímia de Lima e a reforma de 1861¹

The Battle of the Names: Old Toponyms of Lima and the Reform of 1861

Rafael Dias Scarelli

NOTA DO AUTOR

Desenvolve pesquisa com financiamento da FAPESP e CAPES, processo nº: 2017/05623-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

Ruas: não apenas palco de lutas, mas objeto de disputas

- ¹ Um dos espaços mais relevantes da cidade é a rua pública, por onde circulam seus moradores e transeuntes, por onde pulsa a vida urbana. A forma como se apresentam essas ruas, seus traçados, suas dimensões e também seus nomes, incidem diretamente na sensibilidade e na percepção dos indivíduos que por elas transitam. Dessa forma, podemos compreender que esses elementos são constantemente objeto de disputa, pelo seu potencial de inscrever e naturalizar compreensões de mundo.
- ² Periodicamente, surgem no noticiário iniciativas legislativas ou populares visando rebatizar logradouros públicos que homenageiam personalidades ligadas a regimes de exceção e à tortura, a exemplo da substituição do nome do então *Elevado Costa e Silva* para *Elevado João Goulart*, conhecido por *Minhocão*, na capital paulista em julho de 2016,

no âmbito do programa *Ruas da Memória*.² Contudo, antigos e novos topônimos compartilham uma lógica constitutiva: a lógica de homenagear, seja o presidente da ditadura militar, seja o presidente deposto pelo golpe de 1964. Entretanto, não foi sempre essa a realidade da nomenclatura das ruas: tomando mapas da antiga São Paulo, por exemplo, podemos encontrar designações que, certamente, operavam dentro de outra ordem, tais como rua das *Casinhas*, da *Fundição*, da *Pólvora*.

- 3 Entre os topônimos *João Goulart* ou *Costa e Silva* e a rua das *Casinhas* há mais do que uma distância temporal. A toponimista brasileira Maria Vicentina Dick, uma das pioneiras nesse campo de estudos no Brasil, em artigo intitulado “O espontâneo e o popular na toponímia”, apontou para as especificidades dos topônimos de caráter espontâneo-popular, nascidos dos usuários, e os de caráter sistemático-oficial:

Por isso mesmo há um consenso unânime entre os toponimistas de pesquisar as origens da denominação em duas fontes principais, uma, reputada *espontânea ou popular*, sem uma autoria identificável à primeira vista, *porque nascida no seio da população e não individualizada*; e, outra, conhecida como *sistemática ou oficial*, *atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído, ou não* [grifo nosso] (Dick 1992: 49).

- 4 Na linha de fronteira entre os dois universos, está o processo de monopolização estatal da nomenclatura urbana. Para o historiador francês Daniel Milo, em texto que compõe o segundo tomo da monumental coleção *Les lieux de mémoire* (Nora 1986), o momento decisivo no percurso histórico da lógica de atribuição dos nomes de ruas, que abre um precedente para manipulação dessa nomenclatura, dá-se no curso da Revolução Francesa de 1789 (Milo 1986: 295-296).
- 5 Segundo Milo, tendo a França como espaço de análise, durante toda a Idade Média a nomeação das ruas esteve nas mãos dos seus próprios usuários, perseguindo objetivos práticos de localizá-la na trama urbana, ou alertar sobre suas atividades e características. Retomando as reflexões de Norbert Elias, o autor localiza na consolidação do absolutismo francês, sob o reinado de Henrique IV, o período no qual a prerrogativa de nomear os logradouros públicos se torna monopólio do Estado, num processo paralelo à monopolização da violência e da tributação de impostos.
- 6 O autor argumenta, porém, que será apenas na Revolução que o Estado passa a massivamente mobilizar tal atribuição, voltando sua artilharia contra os topônimos que referenciavam a Igreja e a Monarquia. Impõe-se uma nova lógica denominativa de caráter honorífico – que logo se tornaria ideológico –, através da qual rende-se homenagens ao processo revolucionário em curso, usando-a como estratégia de propaganda:

A Revolução sem dúvida escreveu as páginas mais espetaculares da história dos nomes de ruas. Nunca tivemos uma consciência tão aguda do papel ideológico e, sobretudo, pedagógico destas denominações. De uma indiferença massiva, no máximo de tímidas inclinações, passamos a uma militância agressiva. Para os revolucionários, os nomes das ruas servem de meio de propaganda, de instrumentos de vingança, de armas de punição³ (Milo 1986: 293).

- 7 Buscaremos, nesse artigo, reconstruir as dinâmicas desse processo na cidade de Lima, capital do Peru, através da reforma de 1861, pela qual se alterou o nome da totalidade das ruas que compunham o *Damero de Pizarro*, ou seja, que estavam dentro da cidade amuralhada.⁴ Partiremos de uma apreciação analítica dos antigos topônimos da cidade, a fim de compreender sua lógica operante. Passaremos, a seguir, para a reforma de 1861, buscando resgatar os objetivos que a balizaram. Nosso ponto de chegada será, por

fim, a recepção dos novos nomes pelos usuários das ruas, moradores e transeuntes, que deixaram uma indelével marca de resistência. A partir dessas reflexões, nosso objetivo é iluminar questões de fundo que estão colocadas para as cidades do presente.

- 8 Este trabalho buscará na abordagem teórico-metodológica da História Cultural Urbana uma baliza fundamental para ajustar seu olhar. Seu movimento característico é a dilatação do itinerário de questões dirigidas à cidade, e a necessidade consequente de incorporar novas fontes ao seu estudo, que deem conta das representações da urbe (Almandoz 2002: 29-39). Adrián Gorelik, à introdução de *Miradas sobre Buenos Aires*, expõe-nos a importância de não se opor as representações à própria realidade urbana, dado que ambas se constroem mutuamente.

Ya lo sabemos: todo episodio denso de la historia cultural urbana enseña que la ciudad y sus representaciones se producen mutuamente. No hay ciudad sin representaciones de ella, y las representaciones no solo decodifican el texto urbano en conocimiento social, sino que inciden en el propio sentido de la transformación material de la ciudad. (Gorelik 2004: 12-13).

- 9 Apreendendo as representações do mundo social, não como domínios neutros, mas como atravessadas pelas posições e interesses dos grupos que as forjam, Chartier demonstra, a despeito de uma pretensão universal, sua ligação a projetos de poder e dominação (Chartier 1990: 17). Nesse sentido, cabe perceber a atribuição dos nomes das ruas não somente como representação que determinada comunidade urbana faz de si própria, mas também na perspectiva das lutas travadas no interior dessas comunidades pelo direito a fixar essas representações. Explorando esse terreno, buscamos compreender as ruas da cidade não como um simples cenário onde as disputas se desenrolam, mas como o próprio objeto dessas disputas: a luta, silenciosa ou barulhenta, pelo poder de atribuir nomes aos espaços e o caráter dessa nomenclatura. Trata-se, portanto, de perceber a distância entre os projetos de intervenção e reforma idealizados pelas camadas dirigentes cidadinas, e as variadas formas como estes são recebidos e ressignificados pelos usuários, considerados, a princípio, seus destinatários passivos.
- 10 Explorar o universo dos topônimos nos conduz ao campo da Toponímia, área da Onomástica voltada à nomenclatura dos lugares. Nesses domínios, são nossas referências os trabalhos da linguista Dick, em especial, a coletânea de artigos reunida em *Toponímia e Antroponímia no Brasil*, na qual, entre outras temáticas, propõe um conjunto de taxonomias toponímicas (Dick 1992). Baseamo-nos também em seu trabalho a respeito de São Paulo (Dick 1996).
- 11 Na Geografia Cultural, renovada pela preocupação com as representações do espaço e os sentidos da identidade, podemos encontrar uma contribuição importante para pensar a posição dos usuários dentro da cidade em transformação. Sobretudo, ajudamos a pensar o impacto em seus referenciais de orientação e a compreender a profundidade simbólica do exercício de nomear e registrar no mapa. Apoiamo-nos no trabalho panorâmico de Paul Claval (2007), que faz uma síntese de seus preceitos teórico-metodológicos e universo de problemas.

Lima antiga: como uma bússola para navegar

- 12 Deparar-se com os nomes das ruas de Lima antes da reforma de 1861 é como uma imersão na antiga urbe: lendo-os, somos capazes de ler a cidade. Podemos identificar as

regiões de comércio na *calle Mercaderes*; localizar os principais prédios e instituições, a exemplo da *calle Inquisición*; estimar o tamanho da via, como a *calle Ancha*; presumir as clivagens sociais que atravessavam o tecido urbano na *calle Pobres*.

- 13 Diferente da prática corrente de atribuir um nome à extensão linear da via, adotou-se em Lima a designação por *cuadras*, ou seja, o trecho compreendido entre duas esquinas. Três aspectos característicos complementares sobressaíam desse universo toponímico, que não se constituem numa particularidade de Lima. Em primeiro lugar, o caráter dito espontâneo e popular dos topônimos, diante da ausência de instâncias e autoridades públicas incumbidas do batismo das vias, que ficava a cargo dos seus próprios usuários.⁵ Em segundo lugar, indissociável do primeiro aspecto, esteve o caráter utilitário desses nomes, com o objetivo prático de localizar a rua espacialmente, informar suas características e atividades, alertar sobre eventuais perigos de se transitar por ela. Cumprir ressaltar, por fim, o caráter dinâmico dessa nomenclatura que, salvo exceções, não perdurava por muito tempo, atrelada que estava aos ritmos da vida urbana.
- 14 Em alguns casos, a designação da via poderia ser um alerta importante aos transeuntes desavisados, a exemplo da *Calle de las Puñaladas*, em Buenos Aires, em provável alusão às “riñas y peleas que protagonizaban ciertos personajes de ocupación delictiva que merodeaban el lugar” (Piñero 2003: 208). No mesmo patamar, na São Paulo de meados do século XIX estava o *Beco do Inferno*, primeira designação da atual *Rua do Comércio*, batizada assim pela sujeira e o perfil social dos seus frequentadores.⁶
- 15 Cumprir esclarecer, entretanto, que o caráter espontâneo e popular dessa nomenclatura não significa que ela estivesse livre de concepções ideológicas, à maneira da toponímia honorífica contemporânea. Ao contrário, na medida em que os topônimos carregam sempre expressões identitárias e que o exercício de nomear é indissociavelmente um exercício de poder,⁷ são reveladores de visões de mundo compartilhadas pela comunidade. Esses nomes revelam uma cidade orientada ao redor de centros de poder, sobretudo eclesiásticos – *calle Palacio*, *Arzobispo*, *Inquisición* – e de famílias poderosas – *calle Villalta*, *Zárate* – expressando de modo transparente o poder simbólico destas instituições e das camadas dirigentes sobre o conjunto da urbe.
- 16 Dentro da produção historiográfica voltada à toponímia limenha, um dos primeiros trabalhos foi o de José Gálvez (1943). Esteve presente, contudo, uma preocupação em resgatar as origens dos nomes antigos, que permaneceram carentes de reflexões acerca das lógicas subjacentes ao exercício de nomear. Destacaram-se, posteriormente, os trabalhos de Juan Bromley Seminario, publicados em artigos no *Boletín Municipal de Lima* entre 1964 e 1966. Bromley apoiou-se em consistente levantamento de fontes para apresentar os antigos topônimos limenhes e desvendar suas origens explicativas, bem como a reforma da nomenclatura, sendo nossa principal referência para explorar esse universo (Bromley 1964a, 1964b, 1964c, 1964d, 1964e, 1965a, 1965b, 1965c, 1965d, 1965e, 1966a, 1966b, 1966c, 1966d). Juan Günther e Guillermo Lohmann passaram pelo tema das ruas em Lima, da coleção *Ciudades de Iberoamerica*, dedicando-lhe o subcapítulo, “La nomenclatura de las calles”. Diante dos antigos topônimos, Gunther e Lohmann os qualificaram de onomástica “caótica” e “pitoresca”, furtando-se a percebê-los dentro de uma lógica constitutiva e tomando-os apenas pela suposta ausência de ordem, deixando-se capturar pelo discurso das fontes defensoras da reforma (Gunther e Lohmann 1992: 203-205). Por fim, destaca-se a dissertação de Gabriel Ramón Joffré, *A cidade ordenada*, onde a temática das ruas aparece no subcapítulo “Com a pátria nas paredes” (Ramón 1997: 79-88), cuja contribuição foi tomar as intervenções na cidade –

como a reforma – na interface com os projetos políticos de modernização das elites políticas.⁸

- 17 Nossa preocupação, na primeira parte deste artigo, será dissecar a antiga nomenclatura, a fim de compreender quais elementos presentes na rua eram significativos para a atribuição de seu nome. Trata-se, pois, de remontar às dinâmicas da cidade colonial, localizar suas articulações e centros de referência, percorrendo-a com o itinerário de seus próprios atores urbanos.
- 18 Para desenvolver essa análise, não nos basearemos nas taxonomias que visam classificar os topônimos a partir de seu gênero em si, a exemplo da taxonomia proposta por Dick, organizada em onze categorias de natureza física – como os Fitotopônimos, em alusão a plantas –, e mais dezesseis topônimos de natureza antropocultural – entre os quais, os Hagiotoônimos, ligados a nomes de santos, e Antropotopônimos, nomes próprios individuais (Dick 1990). A despeito da coerência dessa taxonomia, consideramo-la inapropriada para nossos fins porque pode unificar, na mesma categoria, topônimos mobilizados em lógicas distintas, a exemplo dos Antropotopônimos: podemos incluir tanto os nomes designados pelos usuários, de caráter utilitário, fazendo menção a moradores da rua a fim de localizá-la, quanto os nomes designados pelo Estado, de caráter honorífico, aludindo a personalidades históricas desligadas do contexto da rua.
- 19 Dessa sorte, buscaremos enfocar os diferentes objetivos pelos quais os nomes foram mobilizados. Não é nossa proposta oferecer uma nova tipologia dos topônimos pré-reforma, mas buscar compreender seu *modus operandi* no cotidiano dos moradores e as principais motivações para escolha dos nomes. Apoiamo-nos nas reflexões de Jacques Le Goff, em sua obra *O apogeu da cidade medieval* (1992), na qual este medievalista francês discute as diferentes dinâmicas de origem e estruturação de núcleos de povoamento citadino medieval.
- O que estrutura a cidade é um certo número de lugares e monumentos que determinam até certo ponto o ordenamento das casas e das ruas e, sobretudo, a circulação. Arlette Higounet-Nadal chama-os com razão de ‘pontos de referência’, pois nos documentos eles servem de referência, tal como na vida cotidiana dos cidadãos, para localizar cada ponto do seu meio ambiente [...]. Chamo-os também de ‘pontos quentes’, porque exercem sobre os cidadãos um poder de atração (ou repulsão) que faz subir a tensão ao seu redor. Mais ou menos excepcionais por seu material, forma, função e uma certa carga estética [...]. São aceleradores da vida urbana (Le Goff 1992: 34).
- 20 Buscando estender as reflexões de Le Goff, colocadas para a organização urbana de modo mais geral, ao universo da toponímia urbana, propomos que a designação das vias respeitaria a cinco ordens de objetivos, apresentados nos próximos tópicos.

Pontos de referência física ou arquitetônica

- 21 Incluímos, nesta categoria, os topônimos que buscam localizar a via no espaço urbano, a partir de referenciais visíveis da paisagem da cidade – prédios, como mosteiros e casas particulares – ou a partir de referenciais localizados nas suas imediações. Tais construções podem servir de referencial de localização por sua importância no cenário urbano, o que contribui para seu amplo conhecimento entre os habitantes da cidade. Claval afirma a importância desses referenciais para a atribuição de nomes ao espaço:

As referências visuais identificáveis até o horizonte tornam-se essenciais e ganham um valor simbólico. No campo, uma colina longe, uma árvore frondosa, uma flecha da torre da igreja servem como referenciais. Os lugares são reconhecidos e nomeados (Claval 2007: 190).

- 22 Podemos, dentro desse conjunto, identificar dois fatores motivadores, que explicariam essa influência. O primeiro fator motivador seria a grandeza monumental ou topográfica das construções: edifícios que ocupam um quarteirão inteiro, ou são dotados de torres, que rompem a horizontalidade da cidade e contribuem para sua visualização à distância. Cumpre mencionar que essas construções poderiam se tornar tão conhecidas para a comunidade urbana, que toda a área ao seu redor seria nomeada tendo-as como centro de referência. Dá-nos exemplo nesse sentido o Convento de Santo Domingo, que batizava a praça *Plazuela de Santo Domingo* (Bromley 1964b: 79), bem como as ruas contíguas *Callejón de Santo Domingo* (Bromley 1965c: 75) e *Pileta de Santo Domingo* (Bromley 1966b: 98). Na imagem, gravura presente no *Atlas de Paz Soldán*, publicado em 1865, fica expressa a importância arquitetônica desta construção, manifesta na verticalidade da torre.

Figura 1: vista da torre de Santo Domingo. "Lámina XXVIII" (Paz Soldán 1865). Segundo o autor, corresponde à fotografia de "M. Garreaud y otros". Instituto Riva-Agüero.

- 23 Na ausência de referenciais arquitetônicos de grande significância localizados na quadra, poder-se-ia nomeá-la a partir de pontos de referência situados fora dela, em suas imediações, como a *calle Espalda de la Pileta de La Merced* [de costas ao bebedouro de La Merced]; ou *Cerca de San Francisco* [próxima de São Francisco].
- 24 O segundo fator motivador seria a singularidade do referencial escolhido, que teria a vantagem de evitar confusões e dispensaria o acréscimo de maiores especificações ao topônimo. Neste grupo, cabe citar a *calle del Arco*, onde se erigia o arco triunfal sob o qual entravam os novos vice-reis do Peru (Bromley 1965a: 92-93).

Pontos de articulação da vida urbana

- 25 Dentro dessa categoria estariam os espaços que organizam ou articulam o cotidiano urbano: pontos de cruzamento ou passagem obrigatória, como pontes e portais; pontos de visitação periódica, como as igrejas, lagares e fornos, lojas de comércio, poços e bebedouros. Cabe citar, como exemplos, a *calle Pileta de las Nazarenas* [Bebedouro das Nazarenas] e as ruas de comércio como *Mercaderes e Mantas*.
- 26 Para compreender a concentração de determinadas atividades comerciais nas mesmas zonas, deve-se recordar a existência de códigos normativos que determinavam a fixação dos comerciantes e dos grêmios laborais em sítios específicos da urbe (Bromley 1964e: 97). Tal normativa contribuiu, portanto, para a nomeação destas ruas pela atividade comercial nelas predominante, como o foi a *Plateros de San Pedro*, fruto de uma *ordenanza* do vice-rei Toledo, pela qual determinou-se que “los plateros de oro y plata debía [sic] tener juntos sus talleres y tiendas, en lugar determinado, a objeto de poder ser facilmente vigilados por la autoridad [...]” (Bromley 1966b: 99-100).
- 27 Através desses topônimos, buscava-se explicitar a localização dos pontos de maior interesse para a comunidade urbana. Nesse sentido, os nomes poderiam não apenas localizar o usuário no espaço urbano, mas também orientar suas trajetórias e destinos. Cabe pontuar que esses aspectos não são excludentes, e sim combinam-se: as igrejas, por exemplo, poderiam ser conhecidas pelo conjunto dos moradores seja por sua grandeza topográfica ou estrutural, seja por serem locais de cerimônias periódicas.

Pontos demarcadores da realidade social

- 28 Nesse conjunto, cabe citar os topônimos que demarcam o perfil social dos moradores da rua, imprimindo carga valorativa à região de onde provêm, como a *calle Pobres*. Em segundo lugar, os que tomam por referência os proprietários de casas ou terrenos, aludindo tanto a nomes próprios quanto a seus títulos, como a *calle de la Virreina*, onde viveu por um período Ana de Borja y Aragón, viúva do vice-rei Conde de Lemos (Bromley 1966d: 96-97). Esses topônimos imprimiam no mapa da cidade as hierarquias e clivagens sociais que atravessavam a comunidade urbana limenha, revelando tanto os sobrenomes familiares de relevo quanto as zonas desprestigiadas. Nesse conjunto, os topônimos que fazem menção a personalidades não podem ser equiparados aos nomes de ruas contemporâneos, pelo fato de compartilharem a mesma natureza antroponímica. Nossas ruas e avenidas, *Costa e Silva* ou *João Goulart*, são designações atribuídas pelo Estado e possuem caráter honorífico. Aqui, estes nomes têm natureza diversa. Não à toa, são os de maior variabilidade do universo espontâneo: após a desaparecimento física dos mencionados, as ruas eram rebatizadas, porque seu objetivo não era homenagear, como aponta Dick:

Por aí se vê a vitalidade de uma forma denominativa e o espírito de conservação dos moradores, forma essa que *deveria durar até enquanto perdurasse a presença, ou a lembrança, quem sabe do primitivo habitante*. Às vezes, em caso de falecimento do proprietário, a rua poderia continuar com a mesma designação, *fazendo-a preceder do termo “defunto” ou “finado”*, como ocorreu com Ângela Vieira ou com a rua de Salvador Marques, [...]. [grifo nosso] (Dick 1996: 196-197).

- 29 Trata-se do mais extenso conjunto toponímico de Lima, perfazendo 85 quadras assim nomeadas em 1861. Os antrotopônimos são os de natureza mais diversa dentro do sistema espontâneo: poderiam representar pontos de referência espacial, pela grandeza

topográfica e arquitetônica de suas residências, ou mesmo pontos de articulação da vida urbana, se fizessem menção a figuras destacadas por sua atividade profissional – aqui, poderíamos citar a rua paulistana *Sinhá Paneleira*, alcunha de Teresa Alfaque, que comercializava utensílios de barro (Dick 1996: 198). Por fim, nomes próprios poderiam fazer referência a personalidades conhecidas pelo conjunto da comunidade urbana, por sua autoridade política ou prestígio social na urbe. Nesse sentido, a despeito do caráter espontâneo e utilitário desses nomes, é preciso pontuar que eles expressam, também, o poder simbólico das elites limenhas sobre o espaço urbano. As ruas batizadas com os nomes das famílias mais influentes da cidade, detentoras do poder político local – como é o caso da *calle Villalta*, referência a Jose Antonio de Villalta, Ouvidor de Lima (Bromley 1966d: 96) – punham de manifesto a extensão de seu poder sobre a urbe e seus habitantes. Justamente por se constituírem em referenciais de orientação espacial e não em homenagens, revelam o peso dessas figuras na constituição dos imaginários representativos da cidade.

Pontos de referência da memória coletiva

- 30 Espaços onde repousam lendas e recordações compartilhadas pela comunidade urbana, ou por uma zona dela. Estão aqui episódios que se tornaram conhecidos pelo conjunto dos moradores da região, a exemplo da *calle de la Manita*. Segundo Ricardo Palma, em *Tradiciones Peruanas*, trata-se de provável referência à suposta imagem de uma mão negra, peluda e com garras, que surgia numa das paredes desta rua, junto à imagem de um santo (Palma 1872/1952: 661-662).
- 31 Cumpre ressaltar, contudo, que essa esfera não deve ser tomada em paralelo à memória coletiva moderna, atravessada pela narrativa da nação que, de modo geral, busca transcender o âmbito local – a envolver a rua e seus usuários – projetando-o para a comunidade nacional alargada. Milo ressaltou, a respeito da toponímia espontânea: “Com efeito, pode-se buscar em vão os dois componentes básicos da memória coletiva moderna: os eventos e heróis” (Milo 1986: 287).⁹

Ordem topográfica e características da via

- 32 Por fim, na carência de elementos mais significativos na quadra, estão as características da própria via e os aspectos de ordem topográfica. Por suas características, a via poderia ser nomeada por seu tamanho, largura ou percurso, a exemplo da *calle Ancha*. Finalmente, por ordem topográfica do terreno, como *Barrancas*.
- 33 Na São Paulo antiga, um paralelo é o beco *Sete Voltas*, via entre o beco do Colégio e o Porto Geral, caminho estreito marginal ao rio Tamanduateí, nomeado em referência às curvas do mesmo rio, que não resistiram – bem como o nome da via – à retificação de seu curso, desde 1849 (Dick 1996: 212).
- 34 Diante desses aspectos, fica-nos evidente que os antigos topônimos não eram atribuídos ao léu pelos usuários, mas sim respeitavam um quadro de referências no qual a toponímia funcionava com uma bússola para se navegar pela cidade.

Lima nova: o mapa do país sobre a cidade

- 35 Desde princípios do século XIX, difunde-se no ocidente, no compasso do ideário nacionalista, o esforço dos Estados Nacionais em assumir o monopólio da nomeação dos logradouros públicos, exercido através das casas legislativas municipais. Na América Latina recém-independente, tal processo viu-se agregado de novos sentidos, ante os desafios de referendar as emancipações recém-conquistadas e os caminhos percorridos na constituição do Estado Nacional. Empreende-se, então, um esforço honorífico que chega ao íntimo das cidades latino-americanas, na denominação de suas ruas ou na sua estatutária pública nascente, perseguindo a legitimidade de si como nação independente.¹⁰ Em Buenos Aires, já em 1822, promoveu-se uma renovação da nomenclatura urbana tendo em vista, nas palavras de um comentador anônimo em 1823, preservar na memória coletiva os protagonistas da revolução recente:

Los años en que nació y, se propagó nuestra gloriosa revolución, abundan de ecos [sic] y de personas [...]; pero que perderían su venefica [sic] influencia sobre el corazón de nuestra posteridad, sin los auxilios de la historia, y de monumentos que los recordasen á [sic] su memoria [...] (Anônimo 1823. Transcrição por Ochoa 1981).

- 36 É dentro deste contexto que em 1859 se inaugurou em Lima a estátua equestre de Simón Bolívar, primeiro monumento escultórico da cidade, e, em 1861, aprovou-se a reforma municipal que alterou a designação da totalidade das ruas da cidade amuralhada.

A reforma de 1861

- 37 A nomenclatura popular das ruas limenhas permaneceu por toda primeira metade do século XIX, e apenas em fins da década de 1850 podemos localizar os primeiros projetos de reforma, que visavam enquadrar a cidade na nova lógica honorífica. Seriam aspectos comuns a esses projetos, encaminhados à Municipalidade, propostas de alteração dos nomes atribuídos e de aplicação da nova nomenclatura à extensão linear da via, rompendo a designação por quadras, além de modificações no sistema de numeração dos imóveis. Entre os primeiros projetos, esteve o do escritor Manuel A. Fuentes em 1857, comentado pelo próprio autor em um livro publicado no ano seguinte:

Pocas cosas habrán, ciertamente mas [sic] ridículas, que la mayor parte de los nombres de nuestras calles, los mas [sic] de ellos caprichosos que nada significan, sin que falten algunos que tocan en lo obsceno [sic] [...]. Para evitar estos defectos, propusimos á [sic] la Municipalidad, el año pasado, un proyecto que no mereció su consideracion [sic] [...]. Pedimos que se diese á [sic] una série [sic] de calles continuadas un mismo nombre; que los nombres fuesen de aquellos personajes [sic] y acontecimientos memorables en nuestra historia [...]. Nosotros creíamos [sic] hacer un bien á [sic] la poblacion [sic], borrando del catálogo de sus calles, los nombres de Borricos, Pericotes, Siete Jeringas, Patos, Ya Parió y otros por este estilo, y sustituyendo [sic] trescientos cincuenta y cinco palabras que nada significan en su mayor parte, con ochenta ó [sic] noventa históricas [grifo nosso] (Fuentes 1858: 643-644).

- 38 No ano seguinte à publicação de Fuentes, o jornal limenho *El Comercio*, em meio à defesa de uma reforma, anunciou a existência de três projetos acerca da matéria.

Démos [sic] cuenta de una coincidencia particular. Ignorantes de que se hubiera pensado en tan útil reforma, nos lanzamos á [sic] proponerla; mas [sic] hoy, hemos sabido que en la Municipalidad existen tres propuestas diferentes sobre este mismo

punto. – Una de un señor europeo que se compromete á [sic] localiza [sic] la numeracion [sic] sobre cada puerta, lo cual costará á [sic] cada vecino veinte reales por cada plancha. Otro señor francés, que se propone colocar la numeracion [sic] sobre planchas de fierro colocado [sic] á [sic] dos pesos cada una. Finalmente, otro señor chileno, un tal Alvarez [...]. A mas [sic] de esto, el señor Alvarez, oficiosamente y sin cobrar nada por un trabajo histórico y mental ha ofrecido sustituir aquellos nombres de ciertas calles, tan estafalarios, como Ya parió, Siete Jeringas, Faltriqueras del Diablo, Los Borricos y otra porcion [sic] de nombres mas [sic] propios de una provincia que de una capital de República, con nombres que recuerden al pueblo hechos gloriosos, como nombres de batallas ganadas (El Comercio 04 de junho de 1859: 2)¹¹

- 39 Em outubro de 1861, foi finalmente aprovada uma proposta de reforma, enviada à Municipalidade por Mariano Bolognesi que, a um só tempo, alterou a lógica denominativa e a totalidade dos topônimos que compunham o *Damero de Pizarro*. O projeto de Bolognesi, enviado no ano anterior, foi encaminhado a uma comissão para receber maior esclarecimento, em meio a dúvidas acerca da legítima competência da Municipalidade para promover tal alteração. Nesse sentido, na sessão do dia 19 de setembro de 1861, o *Regidor* Ayllon apresentou uma proposição afastando as dúvidas e manifestando-se pela rápida decisão do *Concejo Municipal* sobre a matéria (Bromley 1964d: 87). Na sessão do dia cinco de outubro, por fim, os *Regidores* acolheram o projeto, sem manifestações em contrário, como registrou o livro de atas da Municipalidade:

Acto continuo se dió [sic] cuenta del dictamen de la comision [sic] nombrada en el espediente [sic] promovido por D. Mariano Bolognesi para la variacion [sic] de los nombres y números de las calles de esta capital y el sr. Alcalde despues [sic] de haber puesto en discusion [sic] dicho dictamen, hizo presente que esta obra es de vital importancia y por esta indicacion [sic], no habiendo tomado la palabra ninguno de los Sres. Regidores, dió [sic] por concluida la discusion [sic] y en el mismo momento la hizo votar; resultando la aprobacion [sic] del dictamen de la comision [sic] compuesta de los Sres. Regidores Taboada y Villavicencia, y se acordó reconsiderandose [sic] la proposicion [sic] del Ser. Regidor Ayllon y su inmediata aprobacion [sic], en los términos en que se halla concebido dicho dictamen (Actas 05 de outubro de 1861).

- 40 Definiu-se que toda a extensão da via, denominada *Jirón*,¹² receberia um único nome. As vias no sentido leste-oeste teriam os nomes dos departamentos, enquanto as vias no sentido norte-sul receberiam os nomes das províncias do Peru. Porém, como o número de *Jirones* no sentido leste-oeste era superior ao número de departamentos, para nomear as vias restantes adotou-se o nome dos principais rios do Peru, ao passo que algumas províncias ficaram excluídas da toponímia, por serem em maior número que os *Jirones* no sentido norte-sul. A disposição da nomenclatura buscou respeitar ordem semelhante à distribuição geográfica das unidades administrativas no território peruano, de modo que o *Jirón* de uma província cruzasse, em seu trajeto, o *Jirón* do departamento a que pertencia (Bromley 1964d: 88). Houve três exceções aos nomes geográficos: *Jirón de la Unión* (eixo central, que se iniciava na *Plaza de Armas*), *Pasaje 28 de Julio* (proclamação da independência peruana), e os dois únicos nomes próprios, *Manco Capac* – pai-fundador lendário Inca –, e *Atahualpa* – último Inca – (Ramón 1997: 85-86; Bromley 1964d: 89).

Os sentidos da mudança: interpretações da reforma

- 41 Entre as pesquisas historiográficas voltadas à toponímia de Lima, há relativa carência de reflexões que busquem interpretar os sentidos da reforma de 1861. Para a compreensão desse quadro, deve-se considerar a insuficiência de fontes documentais disponíveis ao pesquisador. As atas do conselho, localizadas no *Archivo Historico de la Municipalidad de Lima*, trazem apenas descrições sumárias das matérias pautadas nas sessões, sem apresentar os debates travados na *Municipalidad* para rejeição ou aprovação dos projetos, que poderiam nos revelar os argumentos mobilizados na sua defesa ou oposição. Contudo, é possível contornar esses limites e ultrapassar a mera especulação, tendo presente o contexto histórico em que se promoveu a reforma, resgatando os desafios e tensões colocados aos atores do período. Dessa sorte, o esforço analítico mais consistente foi empreendido por Ramón Joffré, que inseriu a reforma no bojo dos projetos de modernização da capital empreendidos pelas elites *criollas*,¹³ embaladas pelos princípios da prosperidade *guanera*¹⁴ e preocupadas em “resgatar” a cidade dos setores populares, pelos quais havia sido “capturada” desde os primórdios republicanos. Foram coordenadas desse projeto o ideal de civilizar Lima, assemelhando-a às capitais europeias, e a ambição reguladora e controladora da cidade (Ramón 1997: 79). Por fim, interpretou a opção pelos nomes geográficos, que triunfou através do projeto de Bolognesi, à luz das tensões e dissensos que acompanharam o processo de constituição do Estado Nacional por toda primeira metade do século XIX.

Tendo-se solicitado um sistema honorífico histórico oficial, resultou eleita uma nomenclatura de temática geográfica que cumpria parcialmente com o pretendido, não sendo exagerado afirmar que o recurso a tais nomes evitava compromissos demasiadamente imediatos com uma história que ainda estava por escrever. Continuavam governando o país quadros militares estreitamente vinculados aos protagonistas dos conflitos que tinham caracterizado os primeiros decênios republicanos. Em qualquer caso, a quem escolher? De 355 cuadras tinham-se simplificado a 89 ruas, não obstante continuava sendo uma cifra bastante elevada em relação ao número de “batalhas vencidas” ou a “fatos heróicos estatalmente consagrados”. Não foi em vão que os únicos personagens escolhidos remontassem a séculos atrás, literalmente perdidos no tempo [grifo nosso] (Ramón 1998: 86-87).

- 42 Desse modo, o historiador peruano interpreta a opção pelos nomes geográficos do território peruano, em vez de nomes históricos, como uma alternativa neutra, capaz de driblar os dissensos entre grupos antagônicos que endossavam discursos opostos frente ao passado, consubstanciado na nova denominação do eixo central, *Jirón de la Unión*. Poderíamos, seguindo seus passos, considerar que a rejeição aos projetos anteriores, a exemplo do enviado por Fuentes em 1857, deveu-se à prefiguração, por parte das autoridades edis, dos desacordos acerca das personalidades e episódios homenageáveis.
- 43 Propomos nesse trabalho, porém, abordar a reforma limenha de 1861 por outra chave, complementar à aqui apresentada. Cabe considerar a opção pelos nomes geográficos do território peruano não somente como estratégia para contornar as carências da realidade peruana daquele contexto – carência de um panteão de heróis nacionais estabelecido e de uma memória nacional instituída em bases consensuais, realidade partilhada entre a maioria dos países latino-americanos até fins do século XIX, – mas como dispositivo que reafirmaria a unidade e as fronteiras do país. Estas estiveram profundamente ameaçadas na primeira metade do século XIX, expressa na Confederação Peru-Bolívia (1836-1839), pela qual o país se dividiu em Estado Norte Peruano e Estado Sul Peruano, unido à Bolívia, e nas disputas entre caudilhos rivais,

controlando distintas porções do país (Contreras e Cueto 2013: 103-110). Como exemplo, a guerra civil que opôs Augustín Gamarra e Pedro Bermudez, autoproclamado *Jefe Supremo del Perú*, ao presidente recém-eleito Luis José de Orbegoso, retratada nas páginas do diário de Flora Tristán, *Peregrinaciones de una pária* (1838/2003).

- 44 Endossa essa perspectiva o fato de a reforma de 1861 ter antecedido à publicação dos primeiros mapas do Peru independente (Contreras e Cueto 2013: 125). A cartografia completa do território peruano esperaria até meados da década de 1860, com a publicação do *Atlas Geográfico del Perú*, primeiro do gênero no país (Paz Soldán 1865). Portanto, cumpre inserir a reforma de 1861, que modificou os nomes das ruas do antigo *Damero de Pizarro*, dentro de um contexto de débil conhecimento das porções limítrofes do país e de dificuldades dos transportes e comunicações, concorrendo para fragilizar a integração nacional, num país fraturado pela Cordilheira dos Andes e pela floresta amazônica. Tratava-se, pois, de familiarizar os limenhos com os nomes geográficos do país, a fim de que construíssem uma imagem mental da nação. O eixo central da cidade amuralhada, designado *Jirón de la Unión* ganha, nesta perspectiva, uma nova potência semântica.

Dos anúncios de jornal aos mapas: sobrevivência dos antigos nomes

- 45 A despeito da obstinada defesa da alteração dos topônimos da cidade expressa pela imprensa peruana, nas páginas de *El Comercio*, dos numerosos projetos enviados sobre essa matéria à Municipalidade, e da aprovação do projeto de Bolognesi em 1861, houve perseverante rejeição popular à nova nomenclatura. A persistência dessa rejeição foi testemunhada por diferentes cronistas, a exemplo de Juan de Arona, pseudônimo de Pedro Paz Soldán, que em 1884, mais de duas décadas após a aprovação da lei, dava conta de sua dissintonia com os usos populares:

A fin de simplificar la nomenclatura se ideó ahora cosa de 25 años dar un solo nombre a cada serie de cuadras. Para esto se trasplantó bajo los techos de la ciudad todo el mapa de la República. A pesar de la facilidad que esta nomenclatura ofrece, nuestro pueblo, acostumbrado a regirse por su dichoso empirismo, no ha querido entrar en el cartabón, y sigue saboreando sus calles de las Albahaquitas, del Aromito, del Limoncillo, de la Piedra Horadada, de Yaparió, de Siete Jeringas, no viéndose la nomenclatura sabia sino en las referencias comerciales o en las tarjetas, y aún allí acompañadas entre paréntesis de la antigua, como aclaración indispensable (Bromley 1964d: 88).

- 46 Em perspectiva distinta, por ser crítico à alteração dos nomes, o escritor Ricardo Palma escreveu em suas *Tradiciones* que, se alguém perguntasse pelos novos topônimos da cidade, dificilmente chegaria ao destino pretendido:

Aunque ya no hay limeños de los de sombrero de cuña, limeños *pur sang*, échese usted a preguntar a los que recibimos en la infancia paladeo, no de *recahout*, sino de mazamorra, por la calle del Cuzco o Arequipa, y perderá lastimosamente su tiempo. En cambio, pregúntenos usted dónde está el callejón del Gigante, el de los Cachos o el de la Sirena, y verá que no nos mordemos la lengua para darle respuesta. (Palma 1872/1952: 388-389).

- 47 Para além dos relatos dessa natureza, já mencionados pela bibliografia, apontamos para a presença dos antigos topônimos, até os dois primeiros decênios do século XX, em

três suportes distintos, analisados a seguir: na imprensa limenha; na documentação oficial da Municipalidade, a exemplo de mapas e planos urbanos; nos cartões postais.

- 48 Pudemos localizar, nas páginas de jornais e revistas de Lima, superada a primeira década do século XX, diversas menções à antiga toponímia, sobretudo numa seção específica: a dos anúncios publicitários, no endereço das lojas anunciantes. Desta feita, sugerimos que a necessidade de referenciar a abolida nomenclatura das *cuadras* para localizar os possíveis consumidores desnuda a perenidade dos antigos topônimos no cotidiano popular. Em 1910, anúncio publicado em *El Comercio* informava apenas o nome da antiga *calle Mercaderes*. Por sua vez, na revista *Variedades*, em 1912, constava o nome do *Jirón* acompanhado da antiga designação da *cuadra*.

Figura 2: Anúncio publicitário no diário *El Comercio*, informando apenas *calle Mercaderes* como endereço da loja (El Comercio 14 de agosto de 1910: 1).

Remington-UMC
STEEL LINING
NITRO CLUB

Remington-UMC
28
LONG
LESMOOK

Remington-UMC
22 LONG RIFLE

GRAN
SURTIDO
DE
Armas y Municiones
de todos sistemas,
acaba de recibir la casa especialista
Francisco Rebora
CALLE DE HUALLAGA (PRESA) No. 627 - LIMA

Figura 3: Anúncio publicitário em *Variedades*, informando, entre parênteses, o antigo nome de uma quadra do *Jirón Huallaga* (*Variedades* 28 de setembro de 1912).

Juan Luis Calderón
MEDICO OCULISTA
Consultas: 10 á 11 a. m. y de
3 á 5 p. m.
**CALLE DE AZANGARO—ANTES JUAN
PABLO—658.**
Teléfono 1710
34

Figura 4: Anúncio publicitário em *Variedades*, fazendo menção à antiga quadra *Juan Pablo* do *Jirón Azángaro* (*Variedades* 28 de setembro de 1912).

- 49 Processo similar ocorreu nos mapas e planos de Lima. Em 1862, o próprio autor do projeto que alterou os nomes das ruas, Mariano Bolognesi, produziu um plano da cidade onde inseriu a nova nomenclatura urbana recém-aprovada, além dos antigos

nomes das *cuadras*. Em 1880, vinte anos após a vigência da nova toponímia, o *Plano de Lima* por P. V. Jouanny trouxe, às margens do mapa, colunas intituladas “nombres antiguos de las cuadras”, à esquerda, e “nombres nuevos de las calles”, à direita. Por fim, o *Plano de Lima* por Santiago Basurco, de 1904, apresentou, no traçado das vias, as antigas e novas denominações (Gunther 1983).

- 50 Para o caso dos planos urbanos existe, porém, uma diferença substancial frente aos anúncios publicitários em *El Comercio* ou *Variedades*: eram documentos produzidos pelo Estado, agente promotor da reforma de 1861. Cumpre pontuar a dimensão legitimadora que os mapas consagram aos topônimos, como afirmou Seemann:

Os nomes não são simples escolhas aleatórias, mas representações simbólicas, política e ideologicamente planejadas, que ganham seu pleno poder quando se ostentam nos mapas oficiais. [...]. Nomear lugares e registrá-los exigem a ajuda de mapas que permitem transferir experiências diretas dos lugares para a representação cartográfica, oficializando a existência dos topônimos. Harley (1990, p. 4) observa que publicar o nome não é apenas torná-lo permanente, mas também lhe atribuir autoridade e legitimação com direito a coordenadas nos mapas oficiais. Uma vez confirmados esses nomes, denominações alternativas ou populares permanecem apenas como oralidades. (Seemann 2005: 219).

- 51 A seguir, o plano de Jouanny, onde se pode discernir a coexistência das antigas e novas denominações.

Figura 5: no detalhe, vê-se a coluna intitulada “nombres antiguos de las cuadras”, identificados por uma legenda numérica. Plano de Lima por Jouanny, 1880 (Gunther 1983).

- 52 Cartões postais foram, por fim, um dos suportes sobre os quais se inscreveram as antigas denominações das *cuadras* limenhas até inícios do século XX. Espaço privilegiado para exibição dos ícones da modernidade urbana da capital para os estrangeiros e visitantes, como os monumentos e prédios públicos de destaque, redes de iluminação e linhas de bonde, os postais também apresentaram perspectivas das ruas limenhas identificadas por sua toponímia pré-reforma de 1861.

Figura 6: Na parte superior do postal, ao centro, lê-se “Calle Mercaderes”, antiga denominação substituída na reforma de 1861 por *Jirón de la Unión*. Cartão Postal. Anônimo (ca. 1900-1950). 9 x 14 cm. MALI – Archivo de Arte Peruano. Colección Postales. Catálogo eletrônico: www.archi.pe. Acesso: 15.02.2017.

- 53 Esses elementos revelam, portanto, que a rejeição à nova nomenclatura limenha reverberou sobre os promotores e fiadores da alteração da toponímia urbana através da reforma de 1861. Para além de um suposto didatismo com os leitores dos impressos, que se justificaria apenas nos primeiros anos após a reforma, constituem-se em testemunhos assaz reveladores da persistência e do prestígio social da velha nomenclatura. Tal aspecto se evidencia quando consideramos o caráter mais perene e a aura de oficialidade da palavra escrita, elementos a se considerar na análise de documentos de Estado ou cartões postais, que não teriam uma funcionalidade prática no cotidiano dos habitantes da cidade.

Desencontros: a antiga nomenclatura volta às ruas

- 54 Para desvendar a pouca adesão à nova toponímia é preciso considerar que, apesar dos múltiplos esforços para sua aprovação, seja por parte da Municipalidade, seja por parte da imprensa, não houve, de fato, campanhas que objetivassem difundi-la entre os moradores após sua instituição.¹⁵ Um contraponto interessante de análise são os primeiros monumentos escultóricos de Lima, inaugurados contemporaneamente à reforma, dedicados ao general Simón Bolívar, em 1859, e ao almirante Cristóvão Colombo, em 1860. Estas obras escultóricas surgiram ao público em meio a cerimônias de inauguração, nas quais autoridades pronunciaram discursos laudatórios às personagens homenageadas, acompanhados por bandas de música. Como testemunharam as páginas de *El Comercio*:

Ayer se procedió á [sic] la inauguracion [sic] de la estatua del descubridor de América, colocada en el óvalo de la Alameda de Acho. Un numeroso concurso llenaba las veredas de ese paseo, el óvalo se hallaba adornado con banderas bicolores, y un batallon [sic] de línea lujosamente vestido de parada con su correspondiente banda de música, esperaba que llegasen las autoridades

departamentales, para las que se habia [sic] levantado un pabellon [sic] sencillo pero vistoso [grifo nosso] (El Comercio 04 de agosto de 1860: 2).

- 55 Estes monumentos receberam atenção especial da governança municipal, expressa na contratação de um “cuidador”, o senhor Eugenio Richard, encarregado de promover sua limpeza e manutenção regular, em setembro de 1860, segundo correspondência do *Alcalde* Estanislao Correa ao tesoureiro municipal (Correa Garay 1º de outubro de 1860). Por seu turno, a nova toponímia urbana não recebeu o mesmo empenho: não pudemos localizar qualquer solenização de sua implantação.
- 56 Se por um lado os monumentos supracitados, construídos em bronze e mármore e de grandes dimensões, constituíam-se numa completa novidade no cenário urbano da capital, o mesmo não se pode dizer da nomeação das vias públicas, que já contavam com designações de ampla aceitação e difusão. Temos assim, os desafios impostos à nova nomenclatura saída da reforma de 1861.
- 57 Para avançar na decifração de tais questões, é preciso retomar o contexto urbano limenho. Propomos considerar que, na década seguinte à reforma de 1861, concluíram-se os trabalhos de demolição das muralhas que cercavam Lima e, rapidamente, a cidade se expandiu espacialmente. A partir do *Damero de Pizarro*, Lima dilatou-se rumo ao sul, em direção aos balneários de Chorrillos e Miraflores, e ao porto de Callao, seguindo os caminhos do trem e, posteriormente, das vias públicas, como a *Avenida Leguía* (Huapaya 2009: 204). O gradual abandono do centro como zona residencial pelos setores mais abastados, mutação experimentada por diversas cidades latino-americanas, foi traduzido para o contexto local por Ramón Joffré como “*huida al sur limeño*” (Ramón 2004: 10).
- 58 As atenções do poder público municipal, junto aos interesses imobiliários e especulativos, deslocam-se para a nova zona de expansão, cujo primeiro epicentro seria, na virada dos séculos, o *Palacio de Exposición*, complexo construído para a Exposição Nacional de 1872 nas imediações da cidade colonial. Compreendido por jardim botânico e parque zoológico, foi posteriormente atravessado pela *Avenida Nueve de Diciembre*, bulevar ajardinado e ornado com esculturas de mármore, em cujas margens surgiram elegantes edifícios, subtraindo a centralidade simbólica do *Jirón de la Unión* (Ramón 2004: 12). Nas próximas décadas, constroem-se bairros recortados por amplas alamedas, consoantes aos ideais correntes de higiene, arejamento, jardinagem, iluminação e ornamentação (Huapaya 2009: 206).
- 59 Simultaneamente, a “velha cidade” acolhia grande contingente populacional oriundo de todas as partes do país, que afluía em cada vez maior número à capital. Na virada dos séculos, a população de Lima saltou de 103.956 habitantes, em 1891 – segundo o censo municipal encarregado a Pedro de Osma –, para 130.289 habitantes, em 1903 – segundo censo elaborado por Víctor Mártua (Huapaya 2009: 204). Devido à pouca transformação da estrutura urbana até fins do século XIX, dá-se um processo de adensamento populacional, conduzindo ao surgimento de novas modalidades de moradia multifamiliares (Ramón 1997: 103-105).
- 60 Contudo, os centros de poder político da urbe e do país permaneceram dentro do perímetro da cidade antiga, nas cercanias da *Plaza de Armas*. Assim, a urbe colonial nunca saiu do universo de preocupações das camadas dirigentes limenhas, mas as novas configurações urbanas colocaram novas questões prioritárias na ordem do dia. Como apontou Ramón Joffré, o espaço privado entra em cena ao longo da chamada “Reconstrução Nacional” conduzida pelas elites civilistas, pós-Guerra do Pacífico

(1879-1883): “[...] o projeto político modernizante que até então tinha apontado a modalidades de controle do espaço público, agora dirigia o seu olhar aos domicílios, antros das origens das aberrações morais e das calamidades públicas” (Ramón 1997: 167). No início do século XX, despontam iniciativas de Estado direcionadas à higiene e saúde pública: em 1902, a Municipalidade de Lima contratou o engenheiro sanitário David William Ross para elaboração de um estudo de saneamento para cidade e, no ano seguinte, foi criado o *Instituto de Higiene* (Huapaya 2009: 205).

- 61 Caberá às novas regiões em urbanização da capital acomodar, na nomenclatura das vias públicas, homenagens às personalidades e eventos históricos de relevo, sobretudo à Guerra do Pacífico, conflito travado com o Chile que resultou em importantes perdas territoriais ao Peru. No Plano de Basurco de 1904, a então *Avenida de Circunvalación* já aparecia nomeada por *Avenida Grau*, *Avenida Alfonso Ugarte* e *Avenida Bolognesi* – os três, oficiais peruanos mortos na guerra e elevados à categoria de heróis nacionais – e *Avenida Nueve de Diciembre*, data da batalha de Ayacucho (1824).
- 62 Em meados do século XX, quando a nova nomenclatura urbana da cidade antiga já havia prosperado, diversas iniciativas foram tomadas no sentido do “resgate” da antiga toponímia do esquecimento. Como já mencionamos acima, na década de 1960, Juan Bromley Seminario publicou no *Boletín Municipal de Lima* uma série de escritos que apresentavam os antigos nomes, suas origens explicativas e suas modificações registradas ao longo do tempo, além de narrar o processo de reforma consumado mais de um século antes. Na mesma altura, entre junho de 1964 e março de 1967, o diário *El Comercio* publicou, com periodicidade irregular, uma sequência de artigos dedicados às origens dos antigos nomes das *cuadras* da cidade, baseando-se nos trabalhos de Bromley.¹⁶
- 63 Em parceria com a empresa têxtil Barrington, a Municipalidade limenha instalou placas de azulejos nas esquinas das ruas do *Damero de Pizarro*, apresentando a abolida designação das *cuadras* e suas origens explicativas. Assim, os doravante desprezados nomes voltaram às ruas de Lima, quando se foram dos usos cotidianos dos limenhos.

Figura 7: placa na terceira quadra *Jirón Miró Quesada*, apresentando-a como *Calle de la Rifa*. Acervo pessoal. Julho de 2017.

Conclusões

- 64 Pretendemos, nessas páginas, olhar não somente para o processo legislativo de alteração da nomenclatura viária de Lima, nem para o catálogo de nomes prévio à reforma, mas investigar a posição dos usuários, moradores e transeuntes, dentro desse percurso. Como demonstrado, o processo de instituição da toponímia oficial de caráter honorífico não constituiu um movimento unívoco e plenamente realizado logo após a consagração do monopólio estatal ou, em Lima, a reforma de 1861.
- 65 Devemos ter presente que tal processo prolonga-se até nossos dias, transparente, sobretudo, em núcleos de urbanização mais recentes, que receberam topônimos oficiais tardiamente, ainda estão carentes deles, ou receberam designações alfanuméricas¹⁷: ali, os topônimos espontâneos terão maior proporção e durabilidade. Em artigo publicado na *Revista USP*, Lidia Almeida Barros apresenta-nos uma análise da relação entre a toponímia espontânea e a oficial no *campus* Butantã da Universidade de São Paulo.
- Por longos anos a USP viveu sem sistema oficial de localização e, diante desse vazio, os usuários passaram a orientar-se pelos edifícios, pelas unidades, pelos serviços. Essa identificação tornou-se tão profunda que até hoje persiste. A qualquer membro da comunidade universitária a quem seja pedida uma informação quanto à localização, é normal indicar como referência a unidade que funciona em cada edifício, utilizando-se por vezes de apelidos dados a ele ou à rua. Esses apelidos são a toponímia espontânea criada pela comunidade universitária (Barros dez.2002 - fev.2003: 168).
- 66 Segundo Barros, como decorrência desse processo, surgiram dois fenômenos: a oficialização de alguns topônimos espontâneos, reconhecidos pela administração universitária, como a *Rua do Anfiteatro*, e a coexistência dos topônimos espontâneos e oficiais, a exemplo da *Avenida Professor Melo de Moraes*, batizada de *Avenida da Raia*, por estar às margens da Raia Olímpica da USP (Barros dez.2002 - fev.2003: 169). Apesar das vicissitudes desse processo, que buscamos aqui apresentar, certo é que a monopolização pelo Estado da atribuição denominativa, por meio das casas legislativas municipais, teve impactos profundos na percepção dos indivíduos frente ao espaço da rua e da cidade. De uma situação inicial, onde a toponímia frequentemente evocava nomes que possuíam significado e utilidade para a vida cotidiana, chega-se a um estado no qual sua definição vem de cima, fazendo referência a elementos estranhos à realidade da rua e de seus usuários. Podemos perceber, como consequência, um alheamento dos usuários frente aos nomes das ruas, manifesto pelo desconhecimento e desinteresse por suas origens, pela dificuldade de memorização, pela coexistência com a toponímia espontânea, através de codinomes paralelos de caráter mais prático.
- 67 É pertinente tomar em paralelo o que afirmou a antropóloga Fraya Frehse (2004) para São Paulo do século XIX: a passagem para uma nova forma de estare vivera cidade, em especial, as suas ruas. A cidade moderna, povoada por uma multidão de pessoas que diariamente se desloca entre sua residência e seu local trabalho, passa a ser regida pela “civilidade transitiva”, reduzindo as ruas aos ritmos da circulação, e atribuindo às pessoas que não passam, mas permanecem nelas – comerciantes ambulantes, pessoas em situação de rua e prostituição – um olhar depreciativo. A rua deixa de ser um espaço de sociabilidade para a maioria dos cidadãos, tornando-se apenas espaço para ir e vir. Nesse sentido, processa-se uma quebra de identificação dos sujeitos com a rua – com a cidade de modo geral – do qual o alheamento do seu nome é apenas um dentre múltiplos aspectos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMANDOZ, Arturo. 2002. "Notas sobre historia cultural urbana: una perspectiva Latinoamericana". Revista Perspectivas Urbanas, n. 1, pp. 29-39. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/handle/2099/17/discover?filtertype=author&filter_relational_operator=equals&filter=Almandoz%2C+Arturo. Acesso: 19.03.2016.
- ALVAREZ VITA, Juan. 1990. *Diccionario de Peruanismos*. Lima: Librería Studium/ CONCYTEC.
- ANÔNIMO. 1823. *Manual de Buenos Aires*. Transcrição paleográfica de Jorge Ochoa Eguileor, 1981. Buenos Aires: Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires.
- BARROS, Lidia Almeida. Dez.2002-Fev.2003. "A toponímia oficial e espontânea na Cidade Universitária – campus Butantã da USP". *Revista USP*, São Paulo, n.56: 164-171.
- BONILLA, Heraclio. 1974. *Guano y burguesia en el Peru*. 1ª Ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- BROMLEY, Juan. Fevereiro-março 1964. *Las viejas calles de Lima*. Lima: Boletín Municipal de Lima (BML), ano 84, n.º 1715-16, pp. 57-59.
- _____. Abril-maio 1964. *Capítulo I. Lima en el año de 1862*. Lima: BML, ano 84, n.º 1717-18, pp. 69-92.
- _____. Junho-Julho 1964. *Capítulo II. Evolución urbana de la ciudad*. Lima: BML, ano 84, n.º 1719-20, pp. 79-88.
- _____. Setembro-outubro 1964. *Capítulo III. La nomenclatura urbana de Lima del año 1861*. Lima: BML, ano 84, n.º 1722-23, pp. 85-94.
- _____. Novembro-dezembro 1964. *Capítulo IV. Historia de la nomenclatura urbana*. Lima: BML, ano 84, n.º 1724-25, pp. 93-97.
- _____. Fevereiro-março 1965. *Las viejas calles de Lima. Capítulo V. Origen y significado de los nombres de las antiguas calles de Lima – Letra A*. Lima: BML, ano 85, n.º 1727-28, pp. 87-95.
- _____. Abril-maio-junho 1965. *Las viejas calles de Lima. Capítulo VI. Origen y significado de los nombres de las antiguas calles de Lima – Letra B*. Lima: BML, ano 84, n.º 1729-30-31, pp. 107-113.
- _____. Julho-agosto 1965. *Las viejas calles de Lima VII. Origen y significado de los nombres de las antiguas calles de Lima – Letra C*. Lima: BML, ano 85, n.º 1732-33, pp. 73-85.
- _____. Setembro-outubro 1965. *Las viejas calles de Lima – Letras CH, D, E, F*. Lima: BML, ano 85, n.º 1734-35, pp. 99-107.
- _____. Novembro-dezembro 1965. *Las viejas calles de Lima – Letras G, H, I, J, L*. Lima: BML, ano 85, n.º 1736-37, pp. 65-71.
- _____. Janeiro-fevereiro-março 1966. *Las viejas calles de Lima – Letras L, LL, M*. Lima: BML, ano 86, n.º 1738-39-40, pp. 119-132.
- _____. Abril-maio-junho 1966. *Las viejas calles de Lima – Letras N, O, P*. Lima: BML, ano 86, n.º 1741-42-43, pp. 89-106.
- _____. Julho-agosto-setembro 1966. *Las viejas calles de Lima – Letras P-Q-R-S*. Lima: BML, ano 86, n.º 1744-45-46, pp. 79-91.

_____. Novembro-dezembro 1966. *Las viejas calles de Lima – Letras T, U, V, Y, Z*. Lima: BML, ano 86, n.º 1748-49, pp. 91-98.

CHARTIER, Roger. 1990. *História Cultural, entre práticas e representações*, trad. Maria Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CLAVAL, Paul. 2007. *A geografia cultural*, trad. Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. 2013. *Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 5ª Ed. Lima: IEP; PUCP; UP.

CORREA Y GARAY, Estanislao. 1º de outubro de 1860. Correspondência do *Alcalde* ao Tesoureiro Municipal. Lima: Archivo General de la Nación, OL-426-239.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. 1992. *Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*. 2ª Edição São Paulo: FFLCH-USP.

_____. 1996. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume.

EL COMERCIO. 4 de junho de 1859. *Cronica de la Capital. Nombres y números de las calles*. Lima: ano XXI, n.º 6.057, p. 2. Instituto Riva-Agüero (IRA).

EL COMERCIO. 4 de agosto de 1860. *La inauguración de la estatua de Colon*. Lima: ano XXII, n.º 6.519, p. 2. IRA.

EL COMERCIO. 14 de agosto de 1910. Lima, n.º. 32.491, p. 1. IRA.

EL COMERCIO. 15 de junho de 1964. *La 5ta cuadra del Jirón Caylloma no siempre fue llamada de “Acequia Alta”*. Lima, edición d la mañana, n.º 68.090, p. 8. Biblioteca Nacional del Perú (BNP).

EL COMERCIO. 13 de março de 1967. *Calle Judíos se llama así porque allí se publicaban nombres de los “herejes”*. Lima, edición de la mañana, n.º 69.912, p. 8. BNP.

FREHSE, Fraya. 2004. *Vir a ser transeunte: civilidade e modernidade nas ruas da cidade de São Paulo (entre o início do século XIX e o início do XX)*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP.

FUENTES, Manuel Atanasio. 1858. *Estadística General de Lima*. Lima: Tip. Nacional de M. N. Corpancho, por J. H. del Campo.

GÁLVEZ, José. 1943. *Calles de Lima y meses del año*. Lima: International Petroleum.

GORELIK, Adrián. 2004. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. 1ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

GUNTHER DOERING, Juan. 1983. *Planos de Lima (1613-1983)*. Lima: Municipalidad de Lima/PETROPERÚ.

GUNTHER DOERING, Juan; LOHMANN VILLENA, Guillermo. 1992. *Lima*. Colección Ciudades de Iberoamerica, vol. 4. Madrid: Mapfre.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos. 2009. “A construção do Peru pelos peruanos: a experiência urbanística em Lima, 1919-1963”. In: Marco Gomes (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, pp. 203-230.

LE GOFF, Jacques. 1992. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes.

MILO, Daniel. 1986. “Le nom des rues”. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, t. II, *La Nation*, v.3, Paris Gallimard.

MUNICIPALIDAD DE LIMA. 1857-1862. *Libro de Actas. Municipalidad de Lima, instalada el 15 de mayo de 1857*. Lima: Archivo Historico de la Municipalidad de Lima.

- PALMA, Ricardo. 1872/1952. *Tradiciones Peruanas*, edição e prólogo de Edith Palma. Madrid: Aguilar.
- PAZ SOLDÁN, Mariano. 1865. *Atlas geográfico del Perú*. Paris: Fermin Didot Frères.
- PIÑERO, Alberto. 2003. *Las Calles de Buenos Aires: sus nombres desde la fundación hasta nuestros días*. Buenos Aires: IHCBA.
- RAMÓN JOFFRÉ, Gabriel. 1997. *A cidade ordenada. Intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PROLAM-USP.
- _____. Ago.-2004. “El guión de la cirugía urbana. Lima: 1850-1940”. *Ensayos en ciencias sociales*. Lima, Fondo Editorial de la FSC-UNMSM, pp. 9-34.
- SEEMANN, Jörn. 2005. “A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará”. *Vivência* n. 29: 207-224.
- TRISTÁN, Flora. 1836/2003. “La república y los tres presidentes”. In: *Peregrinaciones de una paria*. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, Fondo Editorial de la UNMSM.
- VARIEDADES: Revista Semanal Ilustrada. 28 de setembro de 1912. Lima: ano VIII, nº 239. BNP.
- VEIGA, Edison. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 de fevereiro de 2012. Disponível: <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/2113/>. Acesso: 20/02/2018.

NOTAS

1. Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de Mestrado do autor, intitulada *Nos altares da pátria: Monumentos a Cristóvão Colombo (1860), ao Combate Dos de Mayo (1874) e a Francisco Bolognesi (1905) em Lima*.
2. Lei n. 16.525, de 25 de julho de 2016. “Altera a denominação do Elevado Presidente Costa e Silva para Elevado Presidente João Goulart, e dá outras providências”. Disponível: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2016/1653/16525/lei-ordinaria-n-16525-2016-altera-a-denominacao-do-elevado-presidente-costa-e-silva-para-elevado-presidente-joao-goulart-e-da-outras-providencias?q=elevado+jo%C3%A3o+goulart> Acesso: 14.02.2018.
3. No original: “La Révolution a sans doute écrit les pages les plus spectaculaires de l'histoire des noms de rues. Jamais on n'eut une conscience aussi aigüe du rôle ideologique et surtout pédagogique de ces dénominations. D'une indifférence massive, au mieux de timides velléités, on passe sans transition à un militantisme agressif. Pour les révolutionnaires, les noms de rues servent de moyens de propagande, d'instruments de vengeance, d'armes de punition”. Tradução nossa.
4. Região compreendida pelas muralhas da cidade, na composição de quadrícula.
5. Durante o governo de Escobedo y Alarcón, em 1786, o poder público limitou-se a oficializar a nomenclatura popular, inscrevendo-a em placas de azulejos dispostas pelas ruas (Gunther e Lohmann 1992: 133-134).
6. O Arquivo Histórico de São Paulo mantém, online, o banco de dados *Dicionário de Ruas*, onde se podem encontrar referências às antigas denominações das vias, no endereço: <http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/Introducao.aspx> Acesso: 14.08.2017.
7. Atribuir nome aos lugares é mais do que um expediente de orientação, é manifestação de posse e apropriação sobre o sítio designado. Segundo Claval (2007: 189): “Batizar as costas e as baías das regiões litorâneas foi a primeira tarefa dos

descobridores. Um verdadeiro tapete de nomes recobre a terra que se torna assim objeto de discurso. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”.

8. A leitura da dissertação de Ramón Joffré, defendida na Universidade de São Paulo em 1997, foi o ponto de partida dessa investigação.

9. No original: “En effect, on y cherchait en vain les deux composantes de base de la mémoire collective moderne: les événements et les héros”. Tradução nossa.

10. A respeito da estatutária, Gutiérrez Viñuales é autor de um estudo panorâmico sobre monumentos comemorativos no espaço ibero-americano (Gutiérrez 2004).

11. Devo a referência que me levou a estes artigos, publicados no jornal *El Comercio*, ao trabalho precursor de Gabriel Ramón Joffré (1997).

12. Segundo o *Diccionario de Peruanismos*, a palavra *Jirón* corresponde à “vía urbana compuesta de varias calles o tramos entre esquinas” (Alvarez Vita, 1990: 305).

13. *Criollo*, no mundo colonial hispano-americano, era a designação para as pessoas de ascendência europeia nascidas na América. Segundo o *Diccionario de Peruanismos*: “Dícese del hijo, y en general del descendiente de padres europeos nacidos en los antiguos territorios españoles de América y en algunas colonias europeas de dicho continente” (Alvarez Vita, 1990: 154).

14. Período de prosperidade econômica alcançada pela comercialização do *guano*, excremento de aves marinhas acumulado na costa peruana, utilizado como fertilizante agrícola na Europa, entre as décadas de 1840 a 1870. Sobre o *guano*, ver, entre outros, Bonilla (1974).

15. Devo essa reflexão aos apontamentos generosos do historiador Gabriel Ramón Joffré.

16. O primeiro artigo publicado que identificamos foi dedicado à antiga *calle Acequia Alta* (*El Comercio* 15 de junho de 1964: 8), enquanto o último se debruçou sobre a *calle Judíos* (*El Comercio* 13 de março de 1967: 8). Localizamos parte destes artigos através do catálogo eletrônico da Biblioteca Nacional del Peru: <https://www.bnp.gob.pe/colecciones/catalogo/> Acesso: 10.11.2018.

17. Levantamento feito pela empresa de análise de crédito *ProScore* constatou que, entre os topônimos urbanos do Brasil, encabeça a lista não um herói nacional como Tiradentes, ou uma data cívica, como o Sete de Setembro, e sim a designação “2”. Deve-se ao fato de que parte importante das ruas dos novos bairros, loteamentos ou distritos das cidades não receberam ainda nomes definitivos das casas legislativas municipais, sendo-lhes atribuídos designações alfanuméricas provisórias. Como, de modo geral, a “Rua 1” refere-se à via principal do novo núcleo é, possivelmente, a primeira a receber um novo topônimo oficial, de modo que a “Rua 2” converte-se no topônimo mais frequente (Veiga 28 de fevereiro de 2012).

RESUMOS

Este artigo busca analisar a reforma da nomenclatura das ruas de Lima, ocorrida em 1861, pela qual se modificou a totalidade dos topônimos urbanos da cidade amuralhada. Parte-se de uma apreciação analítica dos antigos topônimos da capital, a fim de compreender sua lógica operante, bem como das pressões para a realização da reforma veiculadas na imprensa limenha, entendida como medida necessária para sintonizar a cidade com as metrópoles europeias. Busca-se decifrar os objetivos que a regeram, em especial a opção por nomes geográficos do território peruano. Por fim, discute-se a recepção da nova toponímia pelos usuários, moradores e transeuntes, tendo em

perspectiva o universo dos impressos, como anúncios publicitários nos jornais, mapas da urbe e postais. O objetivo desse texto é jogar luz sobre as lógicas e disputas acerca do exercício de nomear, tendo em perspectiva questões colocadas às cidades do presente.

This article analyzes the reform of the street's nomenclature in Lima, in 1861, by which the urban toponyms of the walled city were modified. We will start with an analytical appreciation of the old toponyms of the capital, in order to understand its operative logic, as well as the pressures for the realization of the reform transmitted in the press of Lima, understood as a necessary measure to equate the city with the European capitals. We will seek to discover the objectives that governed the reform, in particular the option for geographical names of the Peruvian territory. Finally, we will discuss the reception of the new names by users, residents and passers-by, considering the universe of printed matter, such as advertisements in newspapers, city maps and postcards. The purpose of this text is to clarify the logic and disputes about the exercise of naming, taking into consideration issues proposed to the cities of the present.

ÍNDICE

Palavras-chave: Lima, Peru, nome de ruas, reforma de 1861, nacionalismo

Keywords: Lima, Peru, street names, reform of 1861, nationalism

AUTOR

RAFAEL DIAS SCARELLI

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: Rafael.scarelli@usp.br.